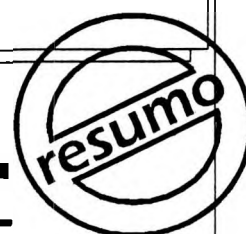


Resgatando a Credibilidade do Ensino Público Municipal



**A EXPERIÊNCIA DE
JABOATÃO DOS
GUARARAPES - PE
1989/1992**

11

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

No início de 1989, o sistema público educacional do município pernambucano de Jaboatão dos Guararapes estava desacreditado. A instabilidade administrativa dos últimos seis anos tinha agravado ainda mais o insucesso na área educacional. Jaboatão, cuja atividade econômica está baseada na cana-de-açúcar, na construção civil e na indústria alimentícia e química, crescia em população, aproximando-se dos 500 mil habitantes, mas a oferta do ensino permanecia quase inalterada e a qualidade, cada vez mais comprometida. Sobravam vagas nas escolas municipais, embora 15% das crianças de 7 a 14 anos não fossem atendidas pela rede municipal, estadual ou particular.

Nas escolas do município, a taxa de evasão somada à de reprovação girava em torno de 50%. O índice de analfabetos chegava a 20%. Os professores viviam num clima de instabilidade e insegurança. Os salários estavam aviltados e, naquela ocasião, não recebiam há três meses. A perseguição política provocava o temor de falar e criticar. Não havia programas sistemáticos ou permanentes de atualização profissional. A gestão do sistema escolar estava centralizada na Secretaria de Educação e as decisões eram tomadas sem a participação da maioria.

O governo municipal que iniciou sua gestão em Jaboatão dos Guararapes em janeiro de 1989 se empenhou em mudar esse quadro, assumindo o compromisso político de resgatar a credibilidade do ensino público municipal. A experiência de Jaboatão se destaca da de outros municípios brasileiros, sobretudo pelos projetos de alfabetização e capacitação dos profissionais de educação e por um modelo experimental de gestão privada da escola pública. Privilegiando a criança, o cidadão e, particularmente, o professor e sua prática pedagógica, a nova administração de Jaboatão aumentou os recursos destinados à educação, que, em 1990, já superavam os 25% exigidos pela Constituição.

Diretrizes privilegiam criança, cidadão e profissional de ensino

Jaboatão dos Guararapes estabeleceu como diretrizes para sua política educacional a melhoria do ensino, garantindo o acesso e a permanência na escola das crianças de 6 a 14 anos; a redução da taxa de analfabetismo, ampliando o atendimento a jovens e adultos, na área urbana e rural; o estímulo à participação da comunidade em várias esferas de decisão, revendo os métodos e os procedimentos da gestão do sistema escolar; e a valorização do profissional de educação. A criança passa a ser vista como um participante ativo do processo de aprendizagem. Sua história, sua vida, sua afetividade e a experiência trazida para o contexto escolar constituem o suporte da ação educativa.

O cidadão é encarado como agente transformador da sociedade, ao qual deve-se garantir o acesso ao saber historicamente produzido, possibilitando sua reelaboração, sua compreensão das relações sociais e um conseqüente engajamento na cidadania. Não se pode pensar numa sociedade democrática se a população se encontra marginalizada do saber, analfabeta e, portanto, com pouco acesso à informação.

Em relação ao professor, estabelece-se uma postura de aceitação da pluralidade de modelos pedagógicos, sem imposição de metodologias, para garantir sua participação no processo educacional, sentindo-se aceito e apoiado em sua prática. A exclusão do clientelismo e de perseguições de caráter político-partidário, asseguram tranquilidade e segurança profissional.

Programa de Capacitação Permanente **sem imposição de modelos**

Envolvendo todos os agentes educacionais e articulando parcerias com instituições e profissionais especializados de fora do município, o *Programa de Capacitação Permanente* foi, sem dúvida, a experiência de maior dimensão dentre todas que constituíram a proposta educacional da administração de Jaboatão. As reuniões de capacitação se pautaram, desde o início, pela valorização e pelo respeito ao profissional de educação, sua experiência, seu saber, sua história dentro da escola e da comunidade. Não ofereceram um modelo pedagógico determinado, mas um espaço sistematizado de reflexão, aos que sentiram e expressaram a necessidade de mudança.

As supervisoras de ensino, oriundas da administração anterior, por exemplo, foram todas convidadas a continuar em suas funções. Como tal atividade estava vinculada ao controle e à fiscalização, e a postura educacional da gestão que se iniciava era diferente, enfatizando o apoio à prática pedagógica e o aprimoramento profissional do professor, houve necessidade de se refletir sobre tais questões. Na passagem de uma concepção para outra, optou-se por alterar o nome da atividade, de supervisão pedagógica para assessoria pedagógica. Não se acreditava que uma simples mudança de nome, por si só, poderia alterar a concepção da atividade, mas esperava-se que tal providência chamasse a atenção para algo que deveria se transformar.

Assessores e coordenadores vêm, sistematicamente, participando de reuniões de capacitação, orientadas por consultores externos de instituições governamentais e não-governamentais. Os temas referem-se aos conteúdos curriculares -- linguagem, matemática, história, geografia, ciências etc. -- à prática pedagógica e à organização e gestão da educação. Diretores e vice-diretores têm reunião mensal de capacitação, debatendo questões ligadas ao ensino, à organização e à administração escolar. Os responsáveis pelos encontros são os dirigentes da Secretaria de Educação e convidados externos para temas específicos. Um dos temas mais discutidos são as formas de organização e participação popular.

Aprendendo a ler, escrever e contar a história de Jaboatão

A capacitação dos professores de pré a quarta série abrange o maior contingente de pessoas e está vinculada a duas coordenadorias: a do pré à 1ª série, envolvendo 19 núcleos, e a das classes de segunda à quarta série, envolvendo 13 núcleos. Cada núcleo, que reúne de 15 a 30 professores, tem uma assessora pedagógica, com a qual discute quinzenalmente. Além disso, a assessora acompanha, semanalmente, o trabalho de duas

ou três professoras, indo à sala de aula, por solicitação delas. No início, havia poucos pedidos de acompanhamento. Hoje, entretanto, os pedidos são tantos que as assessoras têm que selecionar as professoras que vão acompanhar.

No dia da capacitação não há aula e as crianças não vão à escola. Esses dias não são contados como letivos. Embora não seja obrigatória, a capacitação já tem a adesão de 95% do professorado. A partir do segundo semestre de 1993, os professores da quinta a oitava série e os de 2º grau passaram a ter capacitação mensal. Isto significa que só uma vez por mês a escola deixa de receber alunos de todas as classes e, apenas de 15 em 15 dias, deixa de receber alunos do pré a quarta série.

Uma das grandes inovações decorrentes do programa de capacitação ocorreu na rediscussão dos conteúdos dos currículos. Nas classes do 1º grau, as alterações se apóiam na temática: aprendendo a ler, escrever e contar a história de Jaboaão. Através da atividade de desenhar, cantar, dançar, escrever, ler e entrevistar, as crianças vão se apropriando da realidade social, política e econômica do município. Todo o material produzido e coletado é compilado em textos, com a participação de alunos, professores e assessores. Uma assessoria pedagógica específica articula as diferentes ações ligadas à produção dos textos. Existe também a preocupação de que esses textos funcionem como elemento integrador dos diversos conteúdos escolares.

Os temas são diversos, sempre ligados à realidade do município. Alguns deles: *Vida e Morie do Rio Jaboaão, Greve dos Ferroviários, História de Luta do Povo de Jaboaão dos Guararapes, Os Cortadores de Cana, O Metrô como Fonte de Integração e Modernização, O Progresso Econômico e a Estratégia de Sobrevivência das Populações.*

A leitura e a escrita da vida levadas até a casa de cada um

A concepção do projeto *Saber Ler* teve origem no início de 1990, depois de viagem do prefeito de Jaboaão dos Guararapes a Cuba, onde tomou conhecimento dos métodos da campanha de alfabetização desenvolvida em 1958, logo após a revolução, e pensou em adaptar a proposta ao município. Pelo projeto, a alfabetização é levada às casas das pessoas, criando-se núcleos residenciais de alfabetização.

O projeto começou com a convocação de alunas do 2º e 3º anos do curso de magistério. Antes de assumir suas atividades nos núcleos, os alfabetizadores participaram do projeto de capacitação. A participação na experiência corresponde a 75% da carga horária exigida pelo estágio curricular. Uma bolsa de meio salário mínimo era oferecida. A convocação das alunas do magistério se estendeu também às escolas estaduais e particulares. Foram também contratados serviços de professores já habilitados, por prazo determinado, recebendo um salário mínimo por mês.

Uma pesquisa domiciliar, tendo como entrevistadores os candidatos a alfabetizadores, atingiu, entre 1990 e 1992, 14.022 residências e 62.517 pessoas - 20% das quais eram analfabetas.

Em articulação com as secretarias de Ação Social e de Turismo, foram organizadas atividades para divulgar o projeto e mobilizar a comunidade, com encenação de espetáculos circenses e da história de um analfabeto. Concebendo a alfabetização como um processo que permita a leitura e a escrita da vida, utilizou-se a exploração de palavras significativas para o aprendiz, surgidas em discussões estimuladas pela leitura de jornal e outros textos.

Dependendo da disponibilidade dos alfabetizandos, as aulas, com duas horas diárias, de segunda a sexta-feira, são realizadas de manhã, de tarde ou de noite. Cada núcleo recebeu quadro-negro, giz, apagador e jornais. Os alunos, caderno, lápis, borracha e pasta para guardar o material. Até novembro de 1992, foram organizados 1.529 núcleos, dos quais 1.331 completaram os seis meses previstos para o curso de alfabetização. De uma estimativa de 7.645 alunos iniciais, 6.106 concluíram o curso e 4.308 foram alfabetizados.

Gerência privada da escola pública com a participação da comunidade

O projeto *Nossa Escola* encaminha uma das grandes linhas de atuação da política educacional da Prefeitura de Jaboatão: a democratização da gerência da escola pública. Foi iniciado em fevereiro de 1992, em caráter experimental, em três estabelecimentos de ensino de pré-escola a 4ª série do 1º grau. O ensino público, que se mantém gratuito, passa a ser gerido por uma associação particular, especialmente formada para esse fim, que recebe do município pelos serviços prestados. A associação é constituída por professores e funcionários da escola e está obrigada a cumprir as deliberações do Conselho Escolar.

O Conselho Escolar é composto por dois representantes dos professores, dois representantes da comunidade, dois representantes dos pais e dois representantes dos funcionários administrativos. Os representantes da comunidade são indicados pelos conselhos de moradores do bairro. Os representantes dos pais, em assembléia convocada pela direção da escola. As três instituições de ensino onde foi iniciado esse padrão de gestão estão localizadas em bairros nos quais havia conselhos de moradores reivindicando a construção de escolas. Os diretores e vice-diretores são eleitos entre os professores, através da assembléia dos servidores da escola. Merendeiras, zeladores e vigias são indicados pelo conselho de moradores, com a aprovação do Conselho Escolar.

Contadores, agentes administrativos e professores se submeteram a processo de seleção, realizado pela Secretaria de Educação. Todos os professores são habilitados em magistério - 2º grau. Desde maio de 1992, uma assessoria pedagógica contratada pela Prefeitura vem acompanhando o projeto. Em novembro de 1992 o custo de cada aluno estava estimado em US\$ 16,5 por mês. Pais, alunos e professores passaram a cuidar da escola como se fosse deles, participando, estudando e trabalhando com mais entusiasmo. ●